

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.892 - SP (2020/0263957-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : JORGE MOREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO : JOÃO CARLOS CAMPANINI - SP258168
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : CARLOS CARAM CALIL - SP235972

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por JORGE MOREIRA DO NASCIMENTO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

Funcionalismo Policial Militar reformado por incapacidade física, com proventos integrais Pretensão à promoção, com percepção dos vencimentos integrais atinentes à graduação superior - Inocorrência de cerceamento de defesa - Autor que alega ter sofrido acidente de trabalho, sendo submetido a cirurgias em 2003 e 2011 Promoção prevista no art. 1º, §1º da Lei Estadual nº 5.451/86 concedida apenas àqueles policiais que sofrem evento incapacitante no exercício da função policial - Laudo pericial que corrobora a conclusão da Corporação Policial de que a incapacidade do autor não teria decorrido de suas atividades Inexistência de comprovação de que as lesões e a incapacidade do autor decorrem de atividade em serviço, ônus esse que competia ao requerente Aplicação do art. 373, inciso I, do CPC - Apelo desprovido.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação do art. 371 do CPC, no que concerne à comprovação da incapacidade parcial e permanente, trazendo o seguinte argumento:

Descabida assim a inteira improcedência aplicada em primeiro grau, eis que julgou o feito de modo flagrantemente contrário ao deslinde natural construído no feito: o laudo concluiu pela incapacidade parcial e permanente e a r. decisão singular ignorou a decisão pericial e julgou o feito de modo absolutamente contrário!!!

Porém, o que se percebe é que ao invés da isonomia, da equidade, da paridade e do respeito ao livre convencimento motivado infelizmente se verifica um verdadeiro favorecimento ao Estado estando no polo passivo das demandas judiciais, de modo a interpretar a conclusão do laudo pericial de modo

diametralmente desvirtuado, como favorecimento ao ente federativo ao invés de buscar a verdade real dos fatos e o preenchimento mostra-se uma prática abominável.

Tal cenário demonstra violação ao artigo 371 do Código de Processo Civil, uma vez que muito embora o d. Magistrado tenha a prerrogativa do livre convencimento motivado para proferir suas decisões, tem-se que a prolação de sentença diametralmente oposta às provas constantes nos autos, em especial à prova pericial produzida por órgão de confiança do juízo, sem que se aponte de maneira minimamente satisfatória as razões e motivações da formação de seu convencimento violam o disposto no artigo 371, CPC, bem como a amplitude de defesa, o devido processo legal e o contraditório, razão pela qual, pretende o PROVIMENTO do REsp e consequente cassação dos atos processuais desde a prolação da r. sentença. (fls. 260).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem assim decidiu:

Contudo, o laudo pericial produzido nestes autos corrobora a conclusão da Corporação Policial de que a incapacidade do autor não teria decorrido de suas atividades. O expert pontuou que “Não foi possível estabelecer NEXO DE CAUSALIDADE entre os fatos narrados e a lesão apresentada” e que “O Autor apresentou Incapacidade Total por um período estimado de 60 dias. O quadro sequelar determina INCAPACIDADE PARCIAL PERMANENTE. As sequelas determinam prejuízo para atividades de lazer e familiares que requeiram corridas, caminhadas ou que permanece em pé por longos e médios períodos.” (fls. 204) Diferentemente do que sustenta o autor, não se vislumbra lacuna no laudo pericial. O que se verifica é a inexistência de comprovação de que as lesões e a incapacidade do autor decorrem de atividade em serviço, ônus esse que competia ao requerente se desincumbir, nos termos do art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil (fls. 245).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Superior Tribunal de Justiça

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente